



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 85ª  
(OCTOGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 182 - Suplemento, de 07/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 85ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 84ª Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Secretário, Deputado Cristiano Araújo, que proceda novamente à chamada dos Deputados ausentes para verificação de *quorum*.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui informada de que há vários Deputados em seus gabinetes. Portanto, solicito a todos, independentemente da sigla partidária, que iniciemos os trabalhos, porque, quanto mais cedo iniciarmos, melhor será para todos nós.

Peço aos colegas que venham ao plenário, já que estamos prontos para nos reunir, trabalhar e votar. Sei que são vários os colegas que estão atendendo pessoas em seus gabinetes, mas o meu apelo é que possamos suspender o atendimento para que iniciemos a sessão exatamente agora.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, acato a solicitação de V.Exa. e faço um apelo a todos os Deputados e Deputadas para que se dirijam ao plenário para iniciarmos a apreciação da pauta. Temos compromisso de votar 1 ou 2 créditos?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, temos assuntos que são preocupantes. Temos em pauta 3 assuntos. Um deles é o que diz respeito ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV, de cuja aprovação dependem os salários dos aposentados. Quando souberem que o processo está aqui desde agosto e que não o votamos, não será bom para a Casa, não será bom para ninguém, embora durante esse tempo o projeto tenha sido extremamente discutido, não tenha ficado parado. Agora está no ponto exato de vir a Plenário. Peço, portanto, a compreensão de todos. Há também 2 créditos suplementares que têm implicações na folha de pagamento de servidor.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fazer a defesa desta Casa, informo que esse pagamento dos aposentados está aqui desde outubro, Deputada Eurides Brito, mas existia uma questão de discussão de fontes.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Por isso eu disse que ele não está parado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Não foi um problema unicamente da Casa. Esse problema estava sendo discutido com o Governo. Então, o Governo tem uma parcela de culpa nesse assunto. Está certo, temos que votar porque agora ficou pronto, mas não foi ineficiência da Casa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Deputado Cristiano Araújo, não estamos aqui colocando culpa. Ao falar, se V.Exa. prestou atenção, eu disse que o projeto não estava parado. É que, quando chega o dia do pagamento e o salário não está depositado, o aposentado ou qualquer um de nós que somos assalariados pelo Governo, já que somos servidores públicos, não quer saber se foi o Legislativo, o Executivo ou se foi um assunto que estava ainda em discussão, que não havia chegado a consenso. Queremos saber do pragmático: o dinheiro entrou ou não entrou? Essa é realmente a discussão. Ninguém está procurando culpado. Aliás, a Casa tem feito todos esses assuntos tramitarem com presteza.

Tem havido também uma série de questões que têm prejudicado um pouco o andamento mais rápido da pauta. Vetos, comissões gerais, a nossa Câmara Legislativa nas cidades, enfim, várias coisas aconteceram nesse período que contribuíram para isso. Mas hoje, se Deus quiser, vamos votar.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Se Deus quiser, Deputada.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade até já sugeri ao Presidente Leonardo Prudente a possibilidade de que tenhamos um horário deliberativo firmado e que mesmo os debates sobre temas a serem discutidos e votados sejam feitos nesse horário deliberativo. O que ocorre com Parlamentares como nós é que chegamos às 15 horas e ultrapassamos as 17 horas, 18 horas, sem que nada tenha sido votado.

São inúmeros os compromissos, sabendo todos que o compromisso parlamentar, é evidente, não é apenas o do plenário. Este é mero resultado dos estudos técnicos, dos debates, das defesas das causas e de inúmeros outros compromissos de natureza parlamentar e legislativa que todos temos, de maneira que eu queria deixar esse registro, Sr. Presidente, para que V.Exa. fizesse a convocação dos colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Secretário, Deputado Cristiano Araújo, que proceda à chamada nominal dos Deputados ausentes para verificação de *quorum*, a fim de iniciarmos os trabalhos.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 6 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental para darmos início aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa., futuro Deputado Federal. Teremos muito orgulho em colocar na Câmara dos Deputados uma pessoa do quilate de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, obrigado. Agradeço a sua previsão e o apoio dos Deputados Bispo Renato, Cristiano Araújo e Chico Leite. Voltando à nossa realidade dos dias de hoje, estão presentes nesta Câmara Legislativa os dirigentes do Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal – SINDSE-DF.

Eu estava falando com o Deputado Chico Leite da preocupação que temos, no dia de hoje, com a não votação de matérias de interesse dos aposentados do Distrito Federal, bem como dos servidores públicos.

Há créditos suplementares que constam na Ordem do Dia que têm, entre outras finalidades, a de pagamento desses servidores, tanto dos inativos como dos ativos. Quero muito pedir a V.Exa. que priorizemos a votação desses créditos, porque servidores, realmente, não podem ficar sem receber os seus salários. Portanto, eu queria fazer aqui este comunicado e pedir a V.Exa. que colocasse o assunto na pauta, inclusive como primeiro item, assim que obtivermos o *quorum* necessário para a apreciação das matérias, já que se trata de interesse dos trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., que é pertinente. A Deputada Eurides Brito já havia também mencionado a questão, uma preocupação desta Casa e de todos os Parlamentares.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo do Distrito Federal emitiu o seguinte aviso: “Informe urgente. Informamos que, em face da não aprovação do Projeto de Lei nº 1.385, de 2009, em tempo hábil, que disponibiliza orçamento para pagamento de pessoal, o pagamento dos servidores da Secretaria de Governo, Secretaria de Trabalho, empregados da NOVACAP, aposentados e pensionistas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, somente será creditado no dia 1º de outubro, quinta-feira, à noite.”

Pergunto, Sr. Presidente, o que leva o GDF a emitir um aviso desse? Esta Casa, às vezes, aprova projetos de lei fora do tempo regimental, atropelando as comissões, para ajudar o GDF, e a Secretaria de Planejamento emite esse informe atribuindo toda a culpa a esta Casa.

Acho essa postura da Secretaria de Planejamento muito ruim, pois ela expõe esta Casa a uma situação delicada em relação a esses servidores. Este informe vai contra o comportamento desta Casa, pois, sempre que o assunto é de interesse de servidores, ele é tratado com a maior seriedade e celeridade possível.

Este é o tipo de coisa que eu repudio. É lastimável que a Secretaria tenha divulgado um informe como esse. Eu acho lastimável, infelizmente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. sabe como chamamos isso lá no Nordeste?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Isso é uma sem-vergonhice! O que estão fazendo conosco é uma sem-vergonhice. A pessoa que produziu isso não tem compromisso nenhum nem com o servidor, nem conosco. Não sei quem foi nem quero saber!

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, complementando o que disseram o Deputado Cristiano Araújo e o Deputado Milton Barbosa, esse informe, além de ser tudo isso que foi dito pelos Parlamentares,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

reflete também uma disputa que já está nas ruas e também nos gabinetes do Palácio do Buriti, que é a disputa eleitoral. Essa é uma tentativa extremamente mesquinha de tentar queimar Parlamentares.

Sabemos que, se houve atraso, é porque a Secretaria de Planejamento não soube planejar. Se ela soubesse planejar, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Milton Barbosa, não haveria este tipo de problema. O orçamento é feito anualmente. A Secretaria sabe o número de servidores ativos e inativos que estão na folha de pagamento. Como não sabe planejar direito, fica o tempo todo mandando para esta Casa crédito suplementar em cima de crédito suplementar. E passa a responsabilidade para esta Câmara porque não quer assumir a culpa que é sua. Ela não tem capacidade de planejar direito o orçamento, a execução orçamentária e quer jogar sobre os ombros da Câmara Legislativa a responsabilidade que não é nossa.

Então, eu quero deixar a pergunta: Quem é o responsável pelo planejamento da política de execução orçamentária do Distrito Federal? É daí que vêm todos os erros que temos que consertar aqui na Câmara. Porém, estamos aqui a postos para, mais uma vez, consertar o erro da Secretaria de Planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O Deputado Cristiano Araújo também não mediu esforços para que tudo saísse a contento, e os Deputados estarão aqui prontos para apreciar a matéria.

Penso que não seria necessária uma alfinetada dessa natureza na Câmara Legislativa. Contudo, parece que estamos mais expostos do que os outros. É fácil bater na Câmara Legislativa. Todo mundo pode bater.

Vou solicitar que Presidente desta Casa peça ao responsável dessa pasta, no momento exato e correto, que não faça esse tipo de crítica, porque ela não é bem-vinda.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para complementar aquela intervenção, ontem, recebemos aqui servidores da Secretaria de Fazenda que diziam que os ativos foram pagos e os inativos, não. Também ontem tramitou - e tramitará hoje - um projeto de lei que abre crédito suplementar para que os inativos sejam pagos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa pelo Bloco Parlamentar Social Trabalhista.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Chico Leite, Deputado Cristiano Araújo - ouvi bem a sua argumentação -, Deputado Bispo Renato, Srs. Deputados, perdoem-me os ouvintes, cidadãos que estão nos ouvindo, porque vou falar de outra sem-vergonhice, só que, desta vez, comigo, por conta do BRB.

Eu não queria mencionar o que eu gostaria de dizer sobre o BRB antes de externar o que houve comigo. Eu não queria dizer porque talvez eu seja um dos correntistas mais antigos que o BRB tem. Eu não quero concluir nunca e não vou concluir dizendo mais ou menos assim: "Ô banquinho sem-vergonha é o BRB!"

Eu recebi uma correspondência do BRB, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Reguffe, Deputado Chico Leite, no dia 8 de setembro - o "Governador" Reguffe, quando estiver oibrando no Governo, não vai deixar o BRB fazer isso. A correspondência dizia o seguinte: "Comunicamos que os registros não acusam, até o momento, o pagamento da última fatura do seu cartão BRB Gold Internacional - eu nem sabia que ele tinha esse nome. Nome bonito! Solicitamos sua atenção no sentido de regularizar com urgência a referida fatura pagando... Comunicamos ainda que o cartão se encontra bloqueado."

Fui pesquisar e encontrei nos meus alfarrábios o seguinte: no dia primeiro, dia do vencimento, dia em que pago o cartão, agendei, no BRB Banknet - acredito que ele não exista, porque não cobra o que agendamos! -, R\$ 930,77. Está aqui com o sinete: o débito será realizado hoje. Depois, recebo essa comunicação. Suspenderam o cartão, minha Sky foi cortada, porque pago a Sky nesse cartão. Fui verificar. Não cobraram o agendamento. Em vez de me ligarem ou de perguntarem, cortaram o meu cartão. E o que é pior: eu tenho outro cartão, o BRB Millenium, que eu não pedi, mas o BRB me mandou. Neste, eu agendei e cobraram!

Como é que pode um sistema eletrônico - disponibilizado para o nosso uso - não cobrar o que você agendou?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, quero apenas me solidarizar com V.Exa. Também possuo o cartão BRB Millenium, que nem pedi, ganhei, enviaram-me. Eu realizei o pagamento da fatura no caixa rápido, num valor aproximado de R\$ 800,00. Então, chegou o aviso de que o cartão seria bloqueado e uma fatura em que já cobravam os juros. Fui procurar o tíquete de comprovação do pagamento e verifiquei que o pagamento foi efetuado até antes da data de vencimento da fatura.

O que está acontecendo? Paguei a minha fatura na "boca do caixa", antes do vencimento, e recebi uma outra fatura em que constava que não havia pago o que devia.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Essa é a eficiência do BRB Banknet, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

agora exigiu, ao transferir um recurso para outra conta de outro banco em outro Estado, o comparecimento à agência, onde se enfrenta uma fila enorme, para agendar o número da conta para a qual será transferido o dinheiro. O banco pretexta que estava havendo lavagem de dinheiro. O dinheiro é meu! Eu faço dele o que eu quiser! Se houver problema, avisa ao COAF, coisa que não fizeram lá atrás, e deu no que deu. Isso é que deveria ser feito.

DEPUTADO WILSON LIMA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, V.Exa. disse que, quando vai ao banco efetuar pagamentos, enfrenta uma fila enorme. Estão descumprindo a Lei da Fila aprovada por esta Casa. Esse banco merece ser multado. Deve-se chamar o PROCON ou registrar o momento da entrada e da liquidação do documento para fazer a denúncia no Juizado de Pequenas Causas, porque V.Exa. teve um prejuízo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Este fato pode gerar um processo por danos morais, mas não quero ir atrás disso não. Como eu disse, não queria chegar ao ponto de dizer o que disse no começo: “Ô banquinho sem-vergonha”!

Eu estive em Samambaia hoje cedo e, ao sair de lá, passei por uma das avenidas principais. O que presenciei lá qualquer um pode presenciar. Estão fazendo uma desfeita à Samambaia. O que estão fazendo é um crime contra aquela cidade. Estão instalando lá uns abrigos de ônibus - ou o que seria abrigo de ônibus. Nunca vi nada parecido! Parece um jequezinho. Nem abriga a parte dos fundos, nem a da frente; cabe no máximo 3 pessoas.

Quem é, e eu queria saber através da Coordenadoria das Cidades, que está fazendo isso com Samambaia? Não há concreto. O que existe lá é uma coisa qualquer, só não é concreto. Eu repito: quem está fazendo aquilo está cometendo um crime contra Samambaia, está cometendo uma grande desfeita contra a cidade! Depois, quer uma boa aceitação. Deixa chover para ver o que vai acontecer.

Sr. Presidente, muito obrigado. Era só isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ontem nós tínhamos um acordo de Lideranças, parece-me que era um acordo que envolvia o conjunto dos Parlamentares desta Casa, para que votássemos os créditos que dão direito ao pagamento de salários e os créditos do IPRESB, particularmente, que dão direito às pessoas aposentadas de receberem os seus proventos, que ainda não receberam. Então, nós tínhamos esse acordo, que está mantido para o dia de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

O Partido dos Trabalhadores nunca se posiciona no sentido de prejudicar os próprios trabalhadores, os servidores públicos. Temos um acordo, mas ontem não foi possível a votação em função da ausência de *quorum*. Deixo claro que os 4 Deputados do Partido dos Trabalhadores estavam aqui para votar. Estavam aqui! Portanto, não foi responsabilidade do Partido dos Trabalhadores a ausência de *quorum* ontem para apreciar esses créditos. Estamos aqui mais uma vez absolutamente prontos para a votação dos créditos que possibilitam o pagamento dos servidores.

Sr. Presidente, o fato de estarmos dispostos a votar os créditos não significa que escondamos ou não tenhamos clareza da irresponsabilidade do Governo do Distrito Federal. Essa irresponsabilidade faz com que tenhamos de emergencialmente aprovar um crédito para assegurar o compromisso do próprio Governo de honrar com o pagamento dos proventos dos servidores públicos, particularmente dos aposentados e aposentadas. É um Governo que não demonstra quanto ao pagamento de seus servidores a mesma celeridade e a mesma preocupação que demonstra quando se trata de liberação de verbas de publicidade. Aliás, é um Governo que busca estabelecer toda a sorte de mordças.

Trago aqui algo que mostra que corremos um risco imenso de ver rompido o Estado Democrático de Direito, se é que ele ainda não foi rompido nesta cidade. Trago aqui uma ordem de serviço, assinada pelo Secretário Adjunto da SEJUS, que resolve: "Determinar, em conformidade ao art. 3º, inciso IV, do Regimento Interno desta Secretaria de Estado, que todas as manifestações públicas perante a imprensa escrita, falada e televisiva, envolvendo a SEJUS, o PROCON, o NA HORA, a FUNAP, o CEAJUR e os órgãos colegiados vinculados sejam precedidas de informação e autorização da Assessoria de Comunicação – ASCOM."

Sabe o que isso significa, Deputado Chico Leite? Que o PROCON não pode dar uma declaração sem pedir autorização da assessoria de comunicação, que a Defensoria Pública do Distrito Federal não pode dar nenhuma declaração. Essa mordça que está se instalando na SEJUS já existe na Secretaria de Saúde, em que os diretores de hospitais estão proibidos de dar qualquer tipo de declaração à imprensa que não seja precedida de autorização expressa da assessoria de comunicação.

Quero ver onde vamos parar, quero ver quanto tempo durará o silêncio acerca da verdadeira ditadura que se está instalando no Governo do Distrito Federal dos que tenham sido vítima dessa ditadura. É um jornal que está cumprindo um desserviço para ele mesmo, porque rompe todas boas normas da ética jornalística, da verdade, da Constituição. É um desserviço para o próprio jornal, além de um desserviço a qualquer pessoa. É fundamentalmente um desserviço ao Estado Democrático de Direito, à liberdade e à democracia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Tenho sido vítima desse processo porque denunciemos que o Sr. Marcos Lombardi, dono do *Jornal de Brasília*, comprou um terreno por R\$ 426.000,00 e, 2 anos depois, magicamente, o terreno estava valendo R\$ 4.200.000,00. Ele vendeu ou venderia essa área para o Governo do Distrito Federal. O terreno foi comprado, por R\$ 426.000,00, do Secretário Luiz Humberto. Dois anos depois, o Governo do Distrito Federal o comprou por R\$ 4.200.000,00. Desde que fiz essa denúncia aqui - continuo fazendo a mesma denúncia, para que se apurem esses fatos -, tenho sido vítima de uma série de reportagens absolutamente à margem da liberdade de imprensa real, à margem da Constituição e à margem da verdade.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, na tarde de hoje, chamar a atenção deste Plenário para uma situação, no mínimo, inusitada, Deputado Raad Massouh.

Esta Casa, ao final do primeiro semestre – o Deputado Chico Leite trabalhou bem nesta questão -, aprovou a lei que garante aos estudantes do Distrito Federal o direito ao passe livre estudantil. Esta Casa aprovou, Deputado Chico Leite, na mesma lei, o prazo de 60 dias para o Poder Executivo regulamentar esse benefício e garantir que os estudantes do Distrito Federal possam usufruir dele, já que tanto lutaram para conquistá-lo.

O fato é que, no dia 25 de setembro, Deputado Raad Massouh, venceu o prazo para que o Governo publicasse a regulamentação no Diário Oficial do Distrito Federal. Os estudantes de todo o Distrito Federal aguardam, ansiosamente, a publicação da regulamentação do passe livre. Não dá, realmente, para esta Casa, Deputada Eurides Brito e Deputada Erika Kokay, aprovar leis e simplesmente fingir que não aprovou. As famílias, os estudantes estão aguardando. Faço uma pergunta: será necessário, Deputado Benício Tavares, lotarmos novamente essa galeria e o plenário da Casa para pressionar o Governo a publicar a regulamentação do passe





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

livre, que foi fruto de um debate democrático, nesta Casa, aprovado e sancionado praticamente na íntegra? O que foi vetado depois foi analisado nesta Casa. Analisamos os vetos, foi promulgado o que havia sido fruto da derrubada dos vetos e, simplesmente, Deputado Milton Barbosa, o Governo não regulamentou a Lei do Passe Livre. Ao não regulamentá-la, os estudantes, as famílias dos estudantes ficam aguardando algo que a Câmara divulgou, que a sociedade toda já sabe, mas que, infelizmente, não consegue receber: o legítimo direito ao passe livre.

O que está acontecendo? Por que o Secretário Alberto Fraga foi à televisão dizer que não iria regulamentar a lei, depois disse que iria e fica protelando a regulamentação? O que está acontecendo? Por que o Governo não regula a Lei do Passe Livre? E agora vamos começar a fazer esse protesto. Vamos começar, agora, a fazer uma campanha pela regulamentação do passe livre. Será que há outros interesses em torno dessa questão? Será que forças ocultas não deixam que o passe livre seja regulamentado e que os estudantes comecem a recebê-lo? Estudantes de todo o Distrito Federal estão aguardando essa regulamentação.

Então, quero aqui pedir à Deputada Eurides Brito, Líder do Governo nesta Casa, que solicite explicações ao Governador, ao Secretário de Transportes, sobre a não-regulamentação, até o dia de hoje – já se passaram 60 dias desde a aprovação –, do passe livre.

No que se refere à questão dos estudantes, não há nenhuma divergência relativamente ao que foi aprovado aqui. Poderia haver uma divergência relacionada às pessoas portadoras de necessidades especiais, mas o Governo está dizendo que há o entendimento de que são portadores e estudantes. Então, independentemente da interpretação do Governo, não há divergência. Portanto, que ele publique no Diário Oficial a regulamentação e garanta aos estudantes do Distrito Federal esse direito que aprovamos. Do contrário, será necessário, realmente, trazermos aqui os estudantes, que querem se mobilizar, querem vir à Câmara, querem, inclusive, fazer um protesto em frente ao Palácio do Buriti, à casa do Governador e no Buritinga. Terá que ser feita uma campanha para que seja garantido a eles o benefício que foi aprovado em lei, de iniciativa do Poder Executivo, fruto da luta que tivemos há 5 anos e que fazemos até hoje em defesa do passe livre estudantil.

Então, Sr. Presidente, com esse comunicado, peço à Líder do Governo, ao próprio Governador, que publique a regulamentação do passe livre.

Agradeço o tempo concedido.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há *quorum* regimental para que votemos o projeto dos servidores e para que possamos corrigir o erro da Secretaria de Planejamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou informada de que já temos *quorum*. Acabamos de conversar com a Deputada Erika Kokay e já temos um consenso para começar a votação. Apelo a todos os colegas inscritos – e aí eu me incluo – para que dispensem o horário das nossas comunicações e passemos à votação. Seria uma grande contribuição. Alguns dos projetos a serem apreciados tratam de pagamento de servidores ativos e inativos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Indago a V.Exa. quais são os itens da pauta a serem chamados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são os 2 créditos...

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o item nº 29 da pauta, que trata do IPREV. Esse está relacionado ao problema do pagamento de inativos. O outro é o item nº 33, que abre crédito suplementar para pagamento de servidores. Queríamos votar o PL nº 1.349, que não está em pauta e que trata do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa. Só falta o Distrito Federal ser signatário do programa nacional que o Presidente Lula vai lançar agora, no início de outubro. Se nós não assinarmos, ficaremos como única unidade da Federação a não participar, além de perdermos 45 milhões, que serão investidos no programa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O projeto já está na Mesa?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não está na pauta. Uma vez negociado aqui, enquanto votamos os outros, o projeto irá para a Mesa.

Queríamos também votar a PELO nº 26, de 2007, que também não está na pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para proceder à votação, estando a pauta obstruída, há que se ter acordo. Nós temos acordo em votar os 2 créditos, particularmente para pagar o salário dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

aposentados, e, como disse o Deputado Chico Leite, para corrigir o erro da Secretaria do Planejamento. Temos acordo de votar o outro crédito, que também diz respeito a servidores de alguns órgãos. E temos acordo de votar o Projeto de Lei nº 1.349, que diz respeito ao fortalecimento da gestão e do fisco dos Municípios, do Fundo. Nós temos acordo para votar esses 3 itens. Não temos acordo em votar a PELO hoje, porque ainda estamos procedendo a algumas avaliações e também porque a PELO, como V.Exa. sabe, trata-se de Emenda à Lei Orgânica e, desta forma, exige *quorum* qualificado, o que não temos neste momento, pois estamos com 13 Deputados.

Nós abrimos mão dos Comunicados de Parlamentares e solicitamos, antes que o *quorum* diminua, que votemos imediatamente os créditos para assegurar o salário dos servidores e dos aposentados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, há acordo para apreciarmos o PL nº 1.349?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, há acordo para votarmos o PL nº 1.349 e também os 2 créditos.

Sr. Presidente, solicitaria a V.Exa. que o horário destinado aos Comunicados de Parlamentares fosse suspenso imediatamente e que déssemos início à apreciação dos 2 créditos, porque temos *quorum* neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga ao Plenário se todos os Parlamentares estão de acordo em abrir mão das suas falas. (Pausa.)

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que abra mão também da sua fala haja vista que todos abriram mão. (Pausa.) V.Exa. abre mão também. Está bem.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que votemos imediatamente porque vim a este plenário hoje só porque os trabalhadores não podem deixar de receber os seus salários.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço ao Deputado Bispo Renato que compareça ao plenário. (Pausa.)

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência solicita ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Raad Massouh, que encaminhe para o plenário o PL nº 1.349, que está na CCJ, para que possamos apreciá-lo.

Está encerrado o Comunicado de Parlamentares.

Dá-se início à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

### ORDEM DO DIA.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.361, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 672.886.272,00 (seiscentos e setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais)”.

Esta Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.361, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 672.886.272,00 (seiscentos e setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais)”.

A Lei Complementar nº 769/08 segue o mesmo princípio constitucional e estabelece em seu art. 58 que as receitas do RPPS serão utilizadas somente para pagamento dos benefícios previdenciários.

Por essa razão, defendo que o Tesouro do DF deve arcar com todas as despesas administrativas do IPREV. As receitas previdenciárias podem ser incluídas na base de cálculo do PASEP, mas o seu pagamento não pode ser por ela custeado. Assim, estou retirando do PL o subtítulo que trata do PASEP e adiando a decisão da matéria para o próximo projeto de créditos adicionais referentes ao IPREV, que o Poder Executivo encaminhará a esta Casa até o final deste exercício financeiro.

Pelas razões anteriormente apresentadas, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamo-nos favoráveis à admissibilidade e ao mérito do Projeto de Lei nº 1.361, de 2009, acatada a emenda modificativa do Anexo VI – Crédito Especial – Suplementação em anexo.

Portanto, este é o nosso parecer.

Apenas reforçando, Sr. Presidente, que o que temos aqui foi fruto, inclusive, da negociação de todos os partidos com os técnicos desta Casa para chegarmos a este acordo e, portanto, a este parecer, que é pela admissibilidade do projeto com a emenda de Relator apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados, com a chegada do Deputado Cláudio Abrantes.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.361, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.343, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.087.429,00 (oito milhões, oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós não temos nenhum problema em votar o item nº 28, que trata do Projeto de Lei nº 1.343, de 2009, que foi chamado agora, se não me engano, mas gostaríamos que fosse votado primeiro o item nº 29, que é o PL 1.361, que é o que tinha sido acordado, que é pagamento de inativos e pensionistas, por um único motivo: nós não vimos ainda as emendas do item nº 28. Aliás, é o item nº 31, o outro crédito que diz respeito a pagamento de servidores. Apreciaríamos o item nº 31 e voltaríamos para o item nº 28, pois temos que apreciar as emendas ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peça a vossa assessoria para agilizar. Solicito ao Secretário que faça a chamada do item nº 31 da pauta.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.366, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.446.885,00 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e oitenta e cinco reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.366, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.446.885,00 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e oitenta e cinco reais)".

Foi apresentada uma emenda de correção para R\$ 932.431,29 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos).

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.366, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Pergunto à Deputada Erika Kokay se S.Exa. já olhou o item nº 28.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Podemos apreciar o item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O item nº 33 está acordado também, Sra. Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o item nº 33 trata do crédito de 98 milhões. É o Projeto de Lei nº 1.385, de 2009. Não há dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 33:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.385, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 98.200.000,00 (noventa e oito milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

O projeto recebeu 3 emendas.

Pergunto à Deputada Eurides Brito se S.Exa. tem conhecimento das emendas. Verifique, Sra. Deputada. (Pausa.)

Então há acordo.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.385, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 98.200.000,00 (noventa e oito milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento”.

Foram apresentadas 3 emendas ao projeto de lei: Emenda Modificativa nº 1, do Deputado Cristiano Araújo; Emenda Aditiva nº 2, da Mesa Diretora; e Emenda Aditiva nº 3, da Mesa Diretora, as quais eu acato neste momento.

Então, ficam acatadas as Emendas nºs 1, 2 e 3. Portanto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.385, de 2009, Sr. Presidente.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.385, de 2009.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Pergunto à Deputada Erika Kokay se já há acordo para votar o item nº 28.

(Pausa.)

Pergunto ao Deputado Raad Massouh se já veio da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 1.349. (Pausa.)

O Deputado Rogério Ulysses foi buscar o projeto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do item nº 62.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – V.Exa. teve alguma lei regulamentada?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tenho, uma está praticamente regulamentada.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – V.Exa. é um felizardo!

Eu não conheço mais ninguém que tenha tido lei regulamentada. Em nenhum governo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Aquela lei que nós aprovamos que iguala a premiação masculina e feminina nas competições esportivas do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu estou buscando explicação para 2 leis: uma que obrigou o Banco de Brasília e os bancos a terem 1 caixa eletrônico em Braille – o nosso presidente, que disse que o banco é pequeno para ele... ele é muito importante e disse que não vai regulamentar –; e uma outra.

Eu disse que vou começar a falar sobre o Fundo de Combate à Pobreza. Ou regulamentam ou vou começar a falar! Não é brincadeira esta Casa fazer um Fundo com apelo social tão grande e ficar na gaveta do Sr. Paulo Goiás. Eu disse aqui o seguinte: quem não quiser regulamentar uma lei, que bote o Sr. Paulo Goiás para coordenar. Ele foi gerenciar...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Josafá! Deputado Josafá, quem é o coordenador da regulamentação das leis, não é o Paulo Goiás? Quem não quiser regulamentar leis, envie-as ao Sr. Paulo Goiás. Ele tem que se preocupar com o Gama, que vai para a quarta divisão. Ele foi gerenciar o quarto pavimento que saiu com defeito e demorou quase 1 ano para esse projeto chegar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 56:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta”.

Item nº 57:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Arnely Ferreira Pires Schulz”.

Item nº 58:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Flávia Carolina Peres Arruda”.

Item nº 59:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Regina Vinhaes Gracindo”.

Item nº 60:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à professora Josephina Desounet Baiocchi”.

Item nº 61:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Asta - Rose Jordan Alcaide”.

Item nº 62:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Antônio José Andrade Rocha”.

(Assume a Presidência Deputado Bispo Renato.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer, em bloco, sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 268, de 2009; 283, de 2009; 270, de 2009; 357, de 2009; 350, de 2009; 351, de 2009 e 361, de 2009.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é pela admissibilidade dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer, em bloco, sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 268, de 2009; 283, de 2009; 270, de 2009; 357, de 2009; 350, de 2009; 351, de 2009 e 361, de 2009.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o nosso parecer é pela admissibilidade dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

(Assume a Presidência Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão, em turno único. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou votar contrário a esse bloco de projetos, por ser contra a concessão de Título de Cidadão Honorário por esta Casa Legislativa – como já falei aqui diversas vezes ao microfone. Penso que isso em nada melhora a vida da população do Distrito Federal. Por ser contra a concessão de títulos de cidadão honorário por esta Casa, quero registrar meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 16 Parlamentares. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Arnely Ferreira Pires Schulz”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Flávia Carolina Peres Arruda”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Regina Vinhaes Gracindo”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à professora Josephina Desounet Baiocchi”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Asta - Rose Jordan Alcaide”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Antônio José Andrade Rocha”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)) - Concedo a palavra a Deputado Leonardo Prudente, Presidente desta Casa de leis.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia de hoje do Requerimento nº 1.809, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos, para a realização de um painel de debates, no horário das 9h às 14h de amanhã, na plataforma inferior da Rodoviária. Já haverá a comissão geral à tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.809, de 2009, de autoria dos Deputados Benedito Domingos, Jaqueline Roriz e Raad Massouh, que “requerem a realização de um painel de debates, no horário compreendido entre 9h e 14h, do dia 1º de outubro de 2009, na plataforma inferior da Rodoviária do Plano Piloto, a fim de que sejam discutidas por este Parlamento alternativas para a situação do Entorno do Distrito Federal no que se refere aos problemas de transporte, saúde, segurança e educação, bem como sobre a possibilidade de criação da Região Metropolitana do DF”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 64:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 456, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “manifesta protesto à iniciativa da presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região de sugerir a transferência das Varas do Trabalho instaladas há mais de 20 anos nas cidades de Taguatinga e do Gama para a cidade de Brasília”.

Item nº 65:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 459, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “manifesta votos de pesar pelo falecimento do Dr. Domingos Carlos de Sabóia”.

Item nº 63:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 445, de 2009, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “parabeniza os (as) ministros (as) do evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal”.

Item nº 66:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 460, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “congratula-se com o pró-arte de Brasília pelos seus 25 anos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 18 Parlamentares.

Informo aos Sras. e Srs. Parlamentares que o Deputado Rogério Ulysses já resgatou o Projeto de Lei nº 1.349, que inclui na ordem do dia.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.349, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidade e cargos em comissão no quadro de pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.349, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "cria unidade e cargos em comissão no quadro de pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e dá outras providências".

Sr. Presidente, quanto à iniciativa, pontua o art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara Legislativa ou ao Governo do Distrito Federal. É, portanto, regular a propositura do projeto. Quanto ao regime de urgência, o art. 73 da mesma legislação, em seu *caput*, prevê a possibilidade de se pedir tal modo de apreciação. Logo, a proposição em análise atende aos ditames da constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, bem como à técnica legislativa. Por conseguinte, expostos esses fatos, manifestamos nosso voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.349 de 2009, juntamente com as duas emendas, uma aditiva e outra modificativa, apresentadas pelo Deputado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.349 de 2009, que "cria unidade e cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e dá outras providências".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Lembro aos Deputados que este projeto recebeu duas emendas: Emenda Aditiva nº 1 e Emenda Modificativa nº 2. Somos pela aprovação do projeto na forma do parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.349 de 2009, que "cria unidade e cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e dá outras providências".

Estávamos aguardando a votação deste projeto para que o Distrito Federal seja signatário do acordo de um projeto nacional de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão pública. Faltava a adesão do Distrito Federal, que está condicionada à aprovação desta lei do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PENAFM - no DF.

Foram apresentadas 3 emendas: a Emenda Aditiva nº 1, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses; a Emenda Modificativa nº 2, também de autoria do Deputado Rogério Ulysses; e a Emenda Aditiva nº 1, na CEOF, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, apreciada apenas nesta Comissão.

Como não há conflito entre as emendas apresentadas e com o teor do projeto em si, precisamos aprová-lo para sermos signatários deste projeto federal. Sou pela aprovação do projeto de lei com as emendas que aqui destaquei; ressalto que a emenda de autoria do Deputado Paulo Tadeu não foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, mas apenas por esta Comissão, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

O parecer é pela aprovação com as emendas, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

O projeto terá que voltar à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda de autoria do Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, apresentada na Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei nº 1.349, de 2009, que "cria unidade e cargos em comissão no quadro de pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e dá outras providências".

Inclua-se ao artigo 3º, renumerando-se os demais. "Artigo 3º: Após o término da adesão do Distrito Federal ao programa, os cargos em comissão de que trata o artigo 1º serão extintos."

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) - A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda de autoria do Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Aditiva nº 1, apresentada na Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, ao Projeto de Lei nº 1.349, de 2009, que “cria unidade e cargos em comissão no quadro de pessoal do Distrito Federal na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, nosso parecer, Sr. Presidente, é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa., que poderia me adiantar se a análise está pronta para apreciarmos o item nº 28 da pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou agora verificar. Ainda estamos avaliando. Daqui a alguns minutos, estaremos com a análise concluída das emendas.

Trago aqui duas questões. Uma delas diz respeito à possibilidade de apreciarmos, ainda hoje, o segundo turno, para que os servidores tenham os seus salários e não sejam penalizados pela falta de planejamento e pelo desrespeito do Poder Executivo. Então, que possamos chamar uma sessão extraordinária para fazermos a apreciação em segundo turno, a fim de resolvermos a questão dos créditos dos salários dos servidores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

A outra, Sr. Presidente, é que eu soube que não houve *quorum*, não houve reunião da Mesa Diretora hoje. Eu diria que há 2 assuntos que me parecem de fundamental importância.

O primeiro se refere ao crime de responsabilidade do Secretário de Saúde, que não respondeu a 2 requerimentos de informação. Não podemos permitir que a Câmara Legislativa seja desrespeitada dessa forma. A Lei Orgânica do Distrito Federal é clara, o Regimento da Casa também. O Secretário tem que responder aos requerimentos de informação. Um deles entrou na Secretaria de Saúde em março, se não me falha a memória, e o outro em maio, e não houve resposta. Então, fiz uma representação à Mesa Diretora, para que se possa impetrar a ação por crime de responsabilidade contra o Secretário de Saúde, por não ter respondido aos requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. sobre a apreciação em segundo turno. Hoje, vamos tentar reunir a Mesa Diretora depois da sessão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Aproveito essa oportunidade para me dirigir à Mesa Diretora e dizer que nós estamos na iminência – se não me engano – de estabelecer um processo de licitação ou de consulta para a contratação da *TV Distrital*. Corrija-me se eu estiver errada, Sr. Presidente.

Solicito a atenção dos Deputados Leonardo Prudente e Deputado Cabo Patrício.

Sr. Presidente, um trabalhador como este que está filmando esta sessão ganha por volta de R\$ 1.400,00. O mesmo trabalhador na Câmara Federal ganha R\$ 2.600,00. Qual é o mecanismo seguido na Câmara e no Senado Federal? No edital, já se estabelece o salário, Deputada Eurides Brito. V.Exa. sabe que se estabelece um montante. Eles vão tirar dos salários dos servidores esse risco.

Solicito à Mesa Diretora apenas que aprecie isso para que, nos editais de licitação, os salários dos trabalhadores da *TV Distrital*, que é um serviço terceirizado, já estejam estipulados como é na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que nossos trabalhadores não ganhem a metade do que ganham os trabalhadores da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrada sua solicitação à Mesa Diretora, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, posso ficar tranquila de que estará na pauta da reunião.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que a Deputada Erika Kokay acaba de dizer é muito importante. A questão da *TV Distrital* tem de ser resolvida, não pode continuar como está: renovações e renovações em caráter de emergência. O dinheiro que ela recebe por mês não é pouco, não. No entanto, o salário dos funcionários é muito pequeno. Na Câmara Federal, como disse a Deputada Erika Kokay - e eu trouxe a documentação para cá -, no edital, já vem estipulado quanto ganha o corpo técnico. Não ganha só R\$ 800,00 ou R\$ 1.200,00, que é o que ganha o cidadão que fica aqui focalizando todo mundo.

O Deputado Leonardo Prudente já ordenou à sua assessoria que preparasse os editais. O que não pode é continuar como está: renovação e mais renovação a título de emergência. O contrato de emergência é para emergência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. é também membro da Mesa Diretora e sabe que isso é responsabilidade da Segunda Secretaria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputada Erika Kokay e Deputado Milton Barbosa, o contrato vence em dezembro. Os servidores, realmente, procuraram os Deputados e a Mesa Diretora para que tomássemos alguma atitude. Já está sendo preparado o edital de licitação para realização do pregão, que deve ficar pronto em, no máximo, 30 dias. Na próxima reunião da Mesa, talvez nós façamos uma análise, inclusive, desse edital, para que, no prazo de 60 dias, seja feita a licitação e, no edital de licitação, estabeleça-se o salário dos servidores, para se dar uma transparência maior a essa questão da *TV Distrital*. É função da FUNCAL – Fundação Câmara Legislativa - viabilizar o canal aberto, a TV aberta da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Como está esse trabalho para o canal aberto? V.Exa. sabe?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Na verdade, Deputado Milton Barbosa, a FUNCAL tem de prestar contas daquilo que foi feito, e, com certeza, nós temos de fiscalizar para saber a viabilidade da continuidade ou não da FUNCAL aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Muito obrigado, Deputado Cabo Patrício. Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista que hoje estamos analisando a questão do aumento dos servidores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

públicos, solicito a V.Exa. que inclua também na Ordem do Dia o projeto que trata do salário dos médicos oriundos do Executivo, o Projeto de Lei nº 1.409, já acordado com a nossa líder.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. e inclui na Ordem do Dia o referido projeto de lei.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, juntamente com a ata sucinta da \_\_\_\_ Sessão Ordinária.)

Solicito à Assessoria que numere as moções que foram lidas agora, para que possamos apreciá-las.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu fiz alguns requerimentos de audiência pública para se discutir a questão do CEAP e também 1 projeto de decreto legislativo que concede título de cidadão honorário. Como os projetos relativos a cidadão honorário já foram apreciados em bloco, eu gostaria de ver a possibilidade de, quando forem votadas as moções, ser votado também o requerimento para discussão da situação das medidas socioeducativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já foi lido o requerimento?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Emprésteme para que eu possa lê-lo. (Pausa.)

Deputado Dr. Charles, o item que V.Exa. solicitou que fosse votado será votado em segundo turno, porque não podemos perder o *quorum*. Incluo as Moções nº 465, 466 e 467, de 2009, na pauta de votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse também na pauta de votação o Projeto de Lei nº 1.408, de 2009, que trata do reajuste da tabela do pessoal do SLU e já foi negociado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na pauta de votação o Projeto de Lei nº 1.408, de 2009, haja vista que o Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, já foi incluído.

O item que o Deputado Dr. Charles solicitou que fosse votado será votado na sessão extraordinária, para não perdemos o *quorum* para votação dos créditos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no mínimo, V.Exa. deve consultar o conjunto dos Parlamentares para incluir alguma matéria na pauta, porque a pauta está sobrestada. É sobre isso que eu quero falar.

Nós não temos nenhum problema em votar o projeto do SLU, nenhum problema, porque inclusive participamos da negociação e lutamos por isso. Não temos também nenhum problema em votar o reajuste dos médicos. Nós queremos apenas - se é que nos é permitido - ler os projetos. Apenas ler! Nós os votaremos hoje ainda, mas queremos cópias dos projetos, para que possamos lê-los. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 182 - Suplemento, de 07/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 85ª Sessão Ordinária.)

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos caminhando para o final do ano, época do Orçamento, de projetos de lei com revisão ou com aumento de impostos.

Eu venho pugnando já há algum tempo para que nós da Câmara Legislativa, eu principalmente, convençamos o Governo a não mandar para cá projetos de lei que determinem aumento de impostos. A população não aguenta mais. Foram feitas economias. O Governo economizou tanto nesses últimos 3 anos que já chegou a hora de fazer justiça social não aumentando os impostos, ainda que seja mediante correção anual através de qualquer índice. Estou olhando para o meu Presidente, que em 2004 e 2005 capitaneou a reação desta Casa para não deixar aumentar IPTU e IPVA, nos moldes que vieram para cá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, a matéria ainda não está na pauta para discussão. Estamos em processo de votação e temos urgência de votar o segundo turno dessas matérias.

Fica registrada a posição de V.Exa., mas, por gentileza, peço que nos deixe caminhar com a pauta.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, V.Exa. é um cavalheiro.

Eu disse que não votaria aumento de imposto sobre correção. E não vou votar. Estou concitando quem tem responsabilidade e quem anda de casa em casa a não votar também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência comunica que incluiu na pauta o Requerimento nº 1.811, de 2009.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer 2 breves comunicados de interesse desta Casa. Amanhã, será publicado ato da Mesa Diretora — V.Exa. é um dos que subscrevem — com o relatório de gestão fiscal do segundo quadrimestre. Mesmo com a contratação dos concursados e com o Plano de Cargos e Salários que já foi implementado nesta Casa, ainda continuamos abaixo do índice do limite prudencial. Nosso teto é de 1,70. O limite prudencial é de 1,62 e estamos com 1,60.

Quero cumprimentar de forma especial a Primeira Secretária, que tem tratado com muito zelo essa questão da gestão de pessoal desta Casa, além do Dr. Arnaldo, de todos os técnicos e dos demais servidores desta Casa que estão envolvidos na questão da gestão de pessoal.

Comunico também que ontem houve o encaminhamento para formação de uma comissão para irmos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a fim de discutirmos a questão dos candidatos aprovados no concurso da Polícia Militar do Distrito Federal. Falei isso com o Governador e com o Secretário José Geraldo Maciel. Este se comprometeu a encaminhar até terça-feira da próxima semana um projeto de lei que poderia superar a questão colocada pelo Tribunal de Contas. Isso seria um fato novo em que estaríamos embasados para fazer um pedido de reexame. Por uma questão de cronograma, aguardaremos a chegada desse projeto para apreciá-lo e para fazermos a visita ao Tribunal de Contas a fim de que a decisão seja revertida e os concursados possam ser chamados e ter o direito atendido.

Eram esses os comunicados, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. tem todo o nosso apoio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 465, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “parabeniza, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, os Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 466, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “parabeniza, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, os Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 467, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “parabeniza aos Pastores e Pastoras de São Sebastião, pelos relevantes serviços sociais, espirituais e educativos prestados à sociedade de São Sebastião”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.811, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Casa, para discutir a situação do Centro de Internação de Adolescentes de Planaltina – CIAP”.

Em discussão em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não temos nenhum problema em apreciar e votar o projeto dos médicos, inclusive em primeiro e segundo turnos. Sobre o projeto do SLU, estamos conversando com a representação dos trabalhadores, porque estamos conhecendo o projeto. Sobre o item nº 28, Projeto de Lei nº 1.343, de 2009, temos um pequeno problema. Há uma emenda da SEDEST que retira dinheiro de um projeto extremamente relevante para outro que não sabemos o que é. Não temos condições de apreciar o projeto com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

esta emenda. Discuto com a Líder do Governo o que podemos fazer, mas, de imediato, já podemos apreciar o projeto dos médicos. Estamos analisando o projeto do SLU com os servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Dr. Charles, V.Exa. mencionou o número do projeto que quer que seja aprovado? É o dos médicos? Qual é o número? (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido ao Deputado Leonardo Prudente. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o empenho de S.Exa., que foi hoje conversar com o Governador para atender a solicitação dos integrantes da comissão que veio aqui ontem, concurseiros que fizeram o concurso de nível superior da Polícia Militar.

Venho pedir ao Deputado Leonardo Prudente que, além do encaminhamento do Governo do Distrito Federal a esse projeto, venha especificado, inclusive, o aproveitamento dos que fizeram a primeira etapa do concurso, fazendo com que haja uma economia não só para a Polícia Militar, mas para o Governo do Distrito Federal também, convalidando aqueles que foram aprovados na primeira fase, para que possam fazer as outras fases do concurso. Se forem aprovados, que sejam aproveitados, tendo o ingresso mais rápido possível na Polícia Militar, cobrindo o déficit de 1.500 profissionais que existe hoje nas fileiras da corporação.

Então, para que Deputados não precisem apresentar emendas, no caso de a emenda ser inconstitucional em função da geração de gastos para o Governo, é importante que já venha prevista a questão do aproveitamento da validação da primeira fase do concurso, dando sequência a esse concurso que foi feito pela Polícia Militar.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa posição é que as providências estão sendo tomadas. A linha é a mesma que o Deputado Cabo Patrício falou e que já tínhamos discutido com o Deputado Leonardo Prudente. Este assunto é uma unanimidade nesta Casa. Há só o problema do *timing*, que nós queremos resolver até terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há por que não aprovar o Projeto de Lei nº 1.409/2009, uma vez que é uma medida que vem melhorar os vencimentos da carreira médica. Se não houver essa revisão, não é possível fazer medicina no Distrito Federal.

O parecer, portanto, é pela aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. encaminhe o PDL de minha autoria para ser apreciado também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ele está aqui para ser apreciado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Informamos que não foi apresentada nenhuma emenda. Foi apresentada a respectiva planilha de custos e de carga horária. Portanto, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os vencimentos da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Após minucioso estudo a respeito da presente proposição, nosso parecer, no âmbito desta Comissão, é pela admissibilidade do projeto, uma vez que ele se encontra dentro dos bons princípios da constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redacional.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão, o projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção para algo que está passando em branco neste projeto da carreira médica. Dizíamos nós, e os médicos também, que, enquanto não houvesse uma remuneração condigna, o Governo do Distrito Federal não manteria em seus quadros principalmente aqueles médicos que ingressaram recentemente.

O projeto possui 4 classes. A terceira classe tem o vencimento mínimo de 7.778,70 e o máximo de 8.257,16. A segunda classe começa com 9.083,65 e termina com 9.642,45. A primeira classe, 10.389,71 e a última, a maior da primeira classe, 10.919,76. A classe especial, final de carreira, 12.120,94 e, a última, padrão V, 12.613,18.

Sr. Presidente, podemos dizer que, se não for a melhor remuneração que o Governo está apresentando, é uma das melhores. Assim, é possível segurar nos quadros do GDF os médicos que estão ingressando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada mais justo que haja novos valores para a GAM na categoria médica, até porque são os médicos que enfrentam todos os dias - e enfrentam com extremo profissionalismo - as péssimas condições de trabalho.

Digo sem nenhum medo de errar que a saúde só não está absolutamente destruída no Distrito Federal em função da qualidade de seus profissionais. Portanto, o profissional médico tem o direito de ter os seus proventos reajustados. Mas não é só o profissional médico. Essa é uma reivindicação que não fica restrita apenas à categoria médica, mas a todos os profissionais de saúde. Quem ganha com isso é a sociedade.

Todas as vezes que a reivindicação de uma categoria se soma ao anseio da sociedade, ela tem um poder imenso. Dessa forma, devemos nos curvar a ela. A categoria médica fez um dia de luto, vestiu preto, colocou tarja preta para mostrar a sua indignação contra o desrespeito estabelecido à sua categoria; para mostrar a indignação com relação ao desrespeito e, ao mesmo tempo, à remuneração salarial.

Sr. Presidente, conhecemos a proposição. Fizemos questão de entrar em contato com a representação sindical e estamos absolutamente aptos para votar favorável a este projeto, mas é preciso discutir a saúde como um todo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Eu gostaria apenas de realçar que acabo de receber um comunicado do Ministério Público de Contas da União. O Procurador-Chefe do Ministério Público de Contas da União entrou com uma representação para que o Tribunal de Contas da União investigue indícios graves de irregularidades com recursos da saúde. Nós apresentamos essa representação e um dossiê com vasta documentação ao Ministério Público de Contas da União, que chegou à conclusão de que deveria haver um processo severo de auditoria nas contas da saúde, porque há indícios graves de irregularidades.

Digo que não somos nós apenas que falamos. Não pregamos no deserto. Vários órgãos de controle já estão se posicionando na perspectiva de que possamos apurar o que acontece na saúde. Por isso, "sim" ao reajuste da GAM.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra o Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, jornalistas, servidores da Casa, até que enfim será feito jus ao que o médico necessita. Este foi um ganho histórico para a Saúde, principalmente para os médicos, porque quem faz a saúde não é só o médico; é todo um conjunto de trabalhadores.

É óbvio que, com este aumento para os médicos, nós poderemos solicitar reajuste para toda a categoria da área da saúde. Com certeza o Governador Arruda, que teve sensibilidade para com a categoria médica, terá também para com as outras categorias da saúde. Então, realmente foi um ganho histórico. Os médicos sempre pediram a incorporação da GAM, e ela foi concedida.

Eu tenho que reconhecer que os salários dos médicos da última tabela chegarão a quase R\$ 24 mil por mês. Falo dos médicos que estão no final de carreira.

Ibrahim, a vocês do sindicato, do SINDIRETA, parabéns! Obrigado pela presença de todos vocês.

E os que estão no começo da carreira? Os que estão no começo de carreira, em 2011, ganharão R\$ 13 mil! Então, realmente estarão ganhando muito bem. Agora, se o colega médico não trabalhar, não é por causa do salário. Nós precisamos ver neste instante o problema da estrutura física e dos equipamentos para que o médico possa fazer um grande trabalho. Mas eu acho que agora os nossos colegas médicos têm que reconhecer que, definitivamente, alcançaram o que queriam: um salário digno. Dessa forma, também poderão prestar uma digna assistência na área da saúde. Não adianta receber bem e não prestar um serviço adequado.

O Governo agora poderá dizer: "Olha, estou pagando bem. Portanto, quero uma atuação adequada dos médicos". Nós precisamos apenas ver a questão dos equipamentos para darmos a atenção necessária à saúde do Distrito Federal, dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

níveis básico e intermediário à questão terciária. Definitivamente, pode ser implementada uma saúde de qualidade a partir de uma grande remuneração para os médicos. E aqui eu defendo, também, um aumento para todo o nível médio da saúde do Distrito Federal, que deve ganhar adequadamente para que juntos possamos ter uma saúde de qualidade.

Deputada Erika Kokay, nós já conversamos. V.Exa. teve esse entendimento e pôde falar com o presidente do Sindicato dos Médicos, que participou dessa negociação e reconheceu, enfim, que a categoria da área da saúde ganhará adequadamente, principalmente os médicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.409, de 2009, está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário que chame o item nº 28.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, preciso sanar algumas dúvidas a respeito do item nº 28. Solicito à Deputada Eurides Brito que me responda por que há uma emenda que retira recursos do Orçamento da Criança e do Adolescente-OCA se isso é vedado, inclusive, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Precisamos discutir mais. Não vamos concordar com a emenda. Seria interessante se houvesse o entendimento de retirá-la para que ela pudesse ser mais bem discutida, inclusive no fórum OCA do Distrito Federal — existe um fórum OCA no Distrito Federal. A partir daí, poderíamos introduzi-la, se for o caso, no próximo crédito. Assim, não teríamos nenhum problema em votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, fui eu que assinei a emenda e a estou retirando neste momento.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, chegamos a um acordo exatamente no sentido do que a Deputada Erika Kokay pleiteava. Nós não estamos rejeitando nem aprovando a emenda. O Partido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

dos Trabalhadores apenas não teve tempo de apreciá-la. Então, ela seria rejeitada hoje. Mas eles podem reapresentar essa emenda em outro crédito orçamentário, para, então, estudarmos a sua aprovação ou rejeição.

Dessa forma, fica liberada a votação em primeiro turno do item nº 28 para passarmos à sua votação em segundo turno. Caso contrário, será mais atraso no pagamento dos servidores e dos aposentados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.343, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.087.429,00 (oito milhões, oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. 1 minuto porque a assessoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está conferindo as emendas parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.343, de 2009, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.087.429,00 (oito milhões, oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Foram apresentadas a esse projeto 36 emendas. As emendas nºs 3, 5, 9 e 34 foram retiradas; as outras, acatadas. Portanto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.343, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 182 - Suplemento, de 07/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 85ª Sessão Ordinária.)

O projeto de decreto legislativo de autoria da Deputada Erika Kokay que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Promotor de Justiça Mauro Faria de Lima recebeu o número 405, de 2009. Incluo o projeto na pauta da sessão extraordinária.

Onde está o projeto?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Os 2 estão incluídos na pauta da sessão extraordinária.

Eu peço à Assessoria da Mesa que me dê o projeto do SLU para que eu possa incluí-lo na votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, posso fazer um pleito?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o que prejudica muito o nosso trabalho aqui? É não termos equipamentos disponíveis em plenário. Já havia me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

referido a isso, falado com o Deputado Leonardo Prudente e com V.Exa., como Presidente da sessão e também como membro da Mesa Diretora. Precisamos de um espaço com computadores para a assessoria para podermos produzir; porque temos que ir para a Liderança e fica difícil. Vamos entrar em um período sempre tumultuado, que é o final do ano. Facilita muito fecharmos um acordo, termos a emenda e já redigi-la na hora, já apreciá-la.

Solicito a V.Exa. um pequeno espaço – não sei o que funciona ali, poderia ser até na sala do cafezinho – com *notebook* e com condições de funcionamento para as assessorias, a fim de que se acelerem as discussões.

Era só esse o pleito, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos levar a questão de V.Exa. à Mesa Diretora, para que se defina hoje.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.408, de 2009, que “concede o reajuste que menciona à Carreira de Conservação e Limpeza Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos que ser a favor de tudo o que disser respeito a reajuste, a aumento, a estruturação de carreira de servidores.

Digo que sou de parecer favorável no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em razão do que eu afirmei. Ninguém pode ser contra aumento e reajuste de servidor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. Antes, porém, solicito ao Deputado Milton Barbosa retifique o parecer da CAS, porque há uma emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.408, de 2009, “que concede o reajuste que menciona à carreira de conservação e limpeza pública do Distrito Federal e dá outras providências”, abrange também a aprovação da Emenda Modificativa de Plenário nº 1, de 2009, de autoria de vários Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, para ficar claro, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais foi retificado, incluindo a Emenda de Plenário nº 1.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, incluindo-se a Emenda de Plenário nº 1, com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças Relator, Deputado Cristiano Araújo, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Deputado Dr. Charles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, o parecer é pela admissibilidade, na forma imposta pela Comissão de Assuntos Sociais, com a Emenda de Plenário nº 1.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria, incluindo-se a Emenda de Plenário nº 1.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei 1.408, de 2009, que “concede o reajuste que menciona à Carreira de Conservação e Limpeza Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Somos pela admissibilidade, na forma da emenda apresentada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fizemos uma emenda apenas para esta se referir ao Anexo II, corrigir e retificar um erro que veio no projeto.

Eu gostaria de atestar aqui a luta dos servidores do SLU para terem direito a um reajuste. Uma luta intensa dos servidores. Tive a oportunidade de participar de uma reunião de negociação entre DER e SLU. As demandas do DER foram resolvidas da forma possível no momento. Agora, estamos com a discussão do SLU, pela importância desses servidores e porque foram penalizados por uma lógica terceirizante que atingiu o Governo do Distrito Federal. Servidores do SLU são fundamentais para o Distrito Federal. Mesmo com a terceirização, a limpeza pública não funciona sem a existência do SLU, um órgão extremamente penalizado.

Recentemente, com o nosso voto contrário, foi aprovado, nesta Casa, um projeto que doa inclusive para municípios que estão fora da RIDE o patrimônio móvel do SLU. Ao que tudo indica, há um processo de depreciação do próprio órgão, que está em absoluta consonância com a proposta de Estado mínimo que está tomando conta do Palácio do Buriti, proposta já negada pelo País duas vezes nas urnas, em 2002 e em 2006.

Eu gostaria apenas de dizer que o correto seria que o reajuste fosse retroativo ao dia 1º de junho. Foi isso o que foi falado em uma reunião com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Governador em exercício, com o Secretário de Planejamento e também com a Secretária-Adjunta, se não me falha a memória. Nessa reunião, estavam presentes também o Deputado Rôney Nemer, a Central Única dos Trabalhadores e o sindicato representante da categoria.

O reajuste seria para o dia 1º de junho. O projeto vem com o reajuste para o dia 1º de agosto. Tentamos ver a possibilidade de ter um retroativo maior, ou seja, de equilibrar o prejuízo e o débito que o Estado tem com o SLU. Não há passagem para isso. Por isso, Sr. Presidente, para que os servidores não corram o risco de ficar, inclusive, sem esse reajuste de 1º de agosto, estamos votando favoravelmente.

Aproveito o final da minha fala para fazer uma questão de ordem: que possamos incluir essa questão na sessão extraordinária e apreciá-la também em segundo turno.

Sr. Presidente, não é o projeto que queríamos – o acordo foi 1º de junho –, mas é o possível. Acima disso, não é possível nesse momento. Vamos ficar, então, com o reajuste, para que não corramos o risco de ele ser eliminado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Esta Presidência vai encerrar esta sessão, convocando sessão extraordinária para votação dos itens já aprovados em primeiro turno: os créditos, o SLU, o projeto dos médicos e os projetos de decreto legislativo solicitados pelos Deputados. Incluo o Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2009; o Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2009; o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2009; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009.

Nada mais havendo a tratar, encerrarei a sessão convocando sessão extraordinária para apreciação desses itens.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes disso, eu gostaria de um esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, amanhã, teremos comissão geral? Não haverá sessão ordinária? Ela será transformada em comissão geral?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   09   2009	15h20min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, foi aprovada a realização de comissão geral, solicitada pelo Deputado Benedito Domingos, para que sejam discutidos os problemas do Entorno. Acontecerá na Rodoviária, em uma tenda que será montada lá.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, amanhã, não temos sessão ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A sessão será transformada em comissão geral que será realizada na Rodoviária do Plano Piloto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Exatamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h40min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 188-Suplemento, de 16/10/2009.